

Sucesso da prática do princípio “Um país, dois sistemas” e sua inspiração na Região Administrativa Especial de Hong Kong e na Região Administrativa Especial de Macau

*Wu Zhiliang**

Em 1 de Julho de 1997 e em 20 de Dezembro de 1999, a bandeira da R.P.C, bem como as bandeiras das ditas regiões, foram içadas de forma solene, nestas duas cidades. Este foi o sinal de que a China voltou a exercer a sua soberania sobre elas, vendo concretizada a vontade comum do povo chinês, de as tomar de volta. Vontade esta que vinha sendo sentida, ao longo dos tempos. Foi, não só, um grande evento da nação chinesa, como ainda uma grande vitória da causa da paz e da justiça no mundo.

Desde o retorno de Macau à Pátria, de acordo com a política “Um país, dois sistemas”, as Autoridades Centrais estabeleceram as duas Regiões Administrativas Especiais, tornando realidade a concepção científica da referida política, que foi coroada de um considerável êxito. Êxito este, obtido durante a sua prática sucessiva dos já passados 20 anos.

I. Prática como sucesso do princípio “Um país, dois sistemas” em Hong Kong e Macau

1. Apresentação da política “Um país, dois sistemas” e estabelecimento do regime da região administrativa especial em Hong Kong e Macau

Após a fundação da R.P.C., o país viu-se a braços com a enorme tarefa de fazer inumeráveis coisas. Considerando a história e o estado das coisas em Hong Kong e Macau, o Governo Central adoptou como política “Um plano a longo prazo e pleno aproveitamento”. Após a Terceira Sessão Plenária do 11º Comité Central do PCC e à medida que se levava a efeito a prática da reforma e abertura ao exterior, foi apresentado de for-

* Doutor em História e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Macau.

ma criativa o conceito “Um país, dois sistemas”, abrindo assim uma nova via para realizar a unificação do país de forma pacífica.

É do conhecimento público que, quando foi proposto o conceito “Um país, dois sistemas”, este visava resolver a questão de Taiwan. Desde o final da década de 1970, graças ao estabelecimento das relações diplomáticas sino-americanas e à medida que se foram conhecendo as enormes mudanças feitas dentro e fora da China, a solução do problema de Taiwan foi posta na ordem do dia do Partido e do Estado. Em 1 de Janeiro de 1979, a Assembleia Nacional do Povo promulgou a «Mensagem aos Compatriotas em Taiwan. Em 30 de Setembro de 1981, Ye Jianying, então Presidente da Assembleia Nacional do Povo, falou sobre as nove políticas e diretrizes para efectuar o regresso de Taiwan ao país e a unificação da pátria. Assim, o conceito “Um país, dois sistemas” tomou gradualmente forma. Em Janeiro de 1982, ao avistar-se com Li Yaozi, presidente da American Chinese Association, Deng Xiaoping referiu-se, pela primeira vez, à ideia de “Um país, dois sistemas”. Em Dezembro, a Assembleia Nacional do Povo, quando estava a rever a “Constituição”, estipulou que se o Estado precisasse de criar a região administrativa especial, em caso de necessidade, o sistema de implementação seria definido em forma de lei pela Assembleia Nacional do Povo, conforme as circunstâncias concretas. Isto, constitucionalmente, constituiu o fundamento directo para a prática do conceito “Um país, dois sistemas”.

“Um país, dois sistemas” significa que, sob a premissa de uma China, o corpo principal do país persiste no regime socialista, sendo que em Hong Kong, Macau e Taiwan se mantem inalterável o sistema capitalista a longo prazo. Apesar da ideia “Um país, dois sistemas” ter sido proposta exclusivamente para resolver a questão de Taiwan, na prática, foi aplicada primeiramente à solução das questões de Hong Kong e Macau. Através de negociações, a China e a Inglaterra assinaram a “Declaração Conjunta” sobre Hong Kong em 1984, e a China e Portugal firmaram a “Declaração Conjunta” sobre Macau em 1987. A China, por seu turno, expôs as suas políticas e definiu as suas diretrizes para voltar a exercer a soberania sobre Hong Kong e Macau. Mais tarde, a Assembleia Nacional do Povo começou a redigir a “Lei Básica” para as duas regiões, em harmonia com a “Constituição”. Elas constituem não só o fundamento, como também a garantia para a prática da política “Um país, dois sistemas” em matéria de lei e de regime.

O sistema da Região Administrativa Especial, adoptado pelo Estado, conforme o previsto no artigo 31º, é um sistema especial de administração local. Sob esse sistema, as Autoridades Centrais têm o poder de exercer a plena governança sobre Hong Kong e Macau, e esse poder inclui a domínio exercido directamente por elas e a autonomia, ao mais alto nível, exercida conforme a lei, pelas duas regiões, com a condição de autorização e fiscalização por parte do Governo Central.

Para além do poder das Autoridades Centrais de governarem directamente as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, elas têm ainda o poder de estabelecer a região administrativa especial e elaborar, rever e interpretar a “Lei Básica”, nomear o Chefe Executivo e todos os dirigentes principais, decidir e alterar o método de produção do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa, apoiar e orientar o Chefe do Executivo e o governo da Região Administrativa Especial a nível da administração governamental, conforme a lei, bem como, de tratar dos assuntos diplomáticos e da defesa nacional e de fiscalizar os diplomas legais elaborados pelos órgãos legislativos das Regiões Administrativas Especiais.

No contexto da política “Um país, dois sistemas”, Hong Kong e Macau estão autorizadas a manter imutável o regime capitalista e o modo de vida. Podem manter inalteráveis as leis, proteger a propriedade privada conforme a lei, manter o estatuto de porto franco e de um território aduaneiro separado, manter ainda a independência das finanças e a prática de um sistema tributário independente, bem como a capacidade de estabelecer livremente políticas económicas, culturais e sociais e fazer pleno uso do poder executivo, legislativo e judicial em última instância.

Hong Kong e Macau são diferentes uma da outra, ao nível do desenvolvimento histórico, estruturas sociais e regimes. Este estado de coisas foi considerado quando decorriam os trabalhos de redacção da “Lei Básica”, em determinadas cláusulas, onde se podem ler as diferenças, que, por seu lado, não constituem qualquer obstáculo para o Governo Central, que exerce a sua governança sobre Hong Kong e Macau, nem para estas duas cidades que cumprem o grande princípio da autonomia de alto grau. Por exemplo, na “Lei Básica” de Hong Kong podem ler-se, com clareza, regras muito detalhadas, baseadas em princípios. Em determinados aspectos, como no Capítulo V - “Economia” - vê-se que este se encontra dividido em quatro secções, conhecidas a nível mundial, como o centro financeiro e dos transportes marítimos. Em Macau já existiam terrenos particulares e grupos

sociais de residentes descendentes de portugueses, antes do regresso de Macau à Pátria, e nunca deixou de se prestar atenção à protecção das relíquias culturais, à história, ao turismo e aos jogos, os quais constituem hoje o pilar principal da economia. A esses aspectos estão relacionadas regras peculiares, previstas em cláusulas únicas na “Lei Básica” de Macau, cláusulas essas, inexistentes na “Lei Básica” da cidade vizinha.

2. Progressos obtidos em todos os sectores das actividades desde a data do retorno de Hong Kong ao país

É inegável que em Hong Kong surgiram dificuldades e distúrbios no processo da prática “Um país, dois sistemas”. Todavia, sob a direcção do Governo Central, que nunca recuou, foi possível vencê-los e obter consideráveis êxitos em todos os aspectos.

No mundo em que hoje vivemos, Hong Kong não deixa de ser um dos sistemas económicos mais livres e mais dinâmicos do mundo, continuando a realizar comércio livre e a dar liberdade às empresas, persistindo numa estável política financeira e num sistema de baixos impostos, bem como a defender o espírito de governança conforme a lei, pondo ênfase no sistema da função pública de que é líder o Chefe do Executivo e que é dotada de alta eficácia de trabalho. Todos esses factores de sucesso são garantidos pela “Lei Básica”. Desde a data do retorno de Hong Kong ao país, graças ao grande apoio das Autoridades Centrais e do Interior do país, aproveitando as vantagens do sistema “Um país, dois sistemas”, o governo dirige e reúne pessoas que trabalham em todos os sectores de actividades no sentido de os levar por diante, sem parar, e de conquistar novas realizações.

Economicamente, Hong Kong é uma região muito desenvolvida (o ponto forte de Hong Kong é a economia). Desde a fundação da Região Administrativa Especial de Hong Kong, que esta enfrentou e venceu com sucesso as duas crises financeiras internacionais, obtendo êxitos substanciais a nível da economia. De 1997 a 2018, a capacidade económica de Hong Kong quase duplicou. A taxa média real de crescimento anual do PIB local, foi de 3,4% e o PIB local per capita aumentou 59,2% em dólares de Hong Kong, em termos reais e acumulados. Calculada pela PPP, Hong Kong ficou mundialmente classificado em 43º lugar no que toca ao seu PIB e em 10º lugar no que respeita ao seu PIB per capita em 2018, sempre mantendo o nível de economia desenvolvida.

Quanto às realizações económicas de Hong Kong, estas podem resumir-se a “1234567”. Estes números significam respectivamente: o maior “Offshore RMB Funds Pool” no mundo, o segundo lugar no «Relatório Anual da Competitividade Mundial de 2019», o terceiro maior mercado da bolsa de valores da Ásia, o quarto maior centro de câmbio de divisas do mundo, o quinto lugar, segundo o «Relatório do ambiente de negócios 2018» do Banco Mundial, em termos de facilidades de negócios a nível mundial, o sexto maior centro bancário mundial e a sétima maior entidade de comércio de mercadorias do Globo.

Hong Kong está à frente, na região Ásia-Pacífico, em termos de educação e ensino, ocupando a maior parte das despesas públicas, ou seja, 88,5 mil milhões de dólares de Hong Kong no ano fiscal de 2017/2018, representando 3,3% do valor bruto da produção local. De acordo com o “Plano de Avaliação Internacional de Competências para Estudantes (PISA) de 2015”, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, os alunos de Hong Kong sobressaem em matéria de ciência, leitura e matemática, e encontram-se classificados em 2º lugar em termos de leitura e matemática a nível mundial. Quanto ao ensino superior em Hong Kong, destacam-se a Universidade de Hong Kong, a Universidade de Ciências de Hong Kong, a The Chinese University of Hong Kong, a City University of Hong Kong e a the Hong Kong Polytechnic University, que se encontram no Top das 100 melhores do Mundo.

No que diz respeito à cultura e ao desporto de Hong Kong, o governo publicou em 2014 a primeira lista da herança cultural intangível de Hong Kong, na qual se apresentam 480 projectos, dos quais, 210 de primeira categoria e 319 de segunda categoria. Com base nesta lista, veio a lume em 2017 a primeira lista de obras-primas do património cultural imaterial de Hong Kong com vinte itens, entre os quais se podem aqui mencionar a ópera de Guangdong, o Chá de ervas, o Yulan Sheng Hui (Festival dos Diabos) e a Dança do Dragão e do Fogo, estando estes também inseridos na lista dos projectos representativos do património cultural imaterial da China. Hong Kong também co-organizou o Projecto dos Eventos Equestres Olímpicos de Pequim, em 2008 e sediou ainda os 5os Jogos da Ásia Oriental em 2009. A delegação desportiva de Hong Kong da China obteve bons resultados, repetidas vezes, em grandes eventos desportivos mundiais, tais como, nos Jogos Olímpicos e nos campeonatos mundiais e asiáticos. Ao longo dos últimos anos, tem acrescentado à base das vantagens as empresas criativas que se seguem: publicidade, arqui-

tectura, design, entretenimento digital, cinema, impressão, publicação, televisão e música. Através do “CreateHK” atribui subsídios a projectos iniciais, no sentido de promover Hong Kong como “Capital Criativa da Ásia”.

Relativamente ao sector médico de Hong Kong, este possui um sistema médico de alta qualidade e um contingente médico muito profissional. É ainda uma das regiões com as mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo. Refira-se que a taxa de mortalidade infantil em Hong Kong caiu de 4 por mil em 1997 para 1,6 por mil em 2017. Além do mais, é um lugar com a mais alta expectativa média de vida do Globo, porque a expectativa média de vida dos seus residentes é de 84,7 anos. As despesas com a medicina e a higiene feitas pelo Governo de Hong Kong ascenderam a 71,2 mil milhões de dólares de Hong Kong no ano fiscal de 2017/2018, representando 2,7% do PIB local. É de frisar que 97,1% dos subsídios são atribuídos aos serviços dos hospitais públicos e clínicas. Graças ao vigente mecanismo de redução e isenção das despesas médicas, os grupos vulneráveis podem até gozar de isenção médica.

Nos últimos anos, a Região Administrativa Especial de Hong Kong tem estado a desenvolver activamente tecnologias inovadoras. Para além do Cyberport, o principal projecto de tecnologias de informação e comunicação, o Parque de Ciência e Tecnologia de Hong Kong foi concluído em 2016, onde podem entrar a tecnologia biomédica, a eletrónica, a tecnologia ambiental, a tecnologia da informação e da comunicação, as indústrias de materiais e a engenharia de precisão. Abriu-se ainda mais espaço a empresas criativas nas zonas industriais de cada bairro. Algumas das principais instituições criativas, como o Instituto de Biomedicina e Saúde de Guangzhou da Academia Chinesa de Ciências e o Massachusetts Institute of Technology, também se estabeleceram, uma após a outra, na cidade vizinha. O Governo de Hong Kong salientou, no Programa de Acção Governativa para o Ano de 2017, que iria empenhar-se em desenvolver tecnologias inovadoras, cidade inteligente e criar novos pontos de crescimento para a economia, para além de incentivar a “reindustrialização” a nível da manufactura, a partir da investigação e do desenvolvimento dos recursos, a atrair talentos, a disponibilizar fundos, a promover a pesquisa científica de infra-estruturas, a rever os regulamentos e as leis, a abrir dados, a assumir a liderança na mudança de métodos das compras e a promover a generalização da educação científica.

Desde o retorno à Pátria que nunca mais Hong Kong cessou a aplicação de recursos em grandes investimentos e em infra-estruturas. No ano fiscal de 1996/1997, foram investidos, em gastos públicos, 23,3 mil milhões de dólares de Hong Kong na construção de infra-estruturas, correspondendo a 1,7% do PIB local da altura. No ano fiscal de 2017/2018, as despesas na mesma área aumentaram para 87,3 mil milhões de dólares de Hong Kong, representando 3,3% do PIB local. Foram feitas obras importantes em Hong Kong como a Disneyland, a Asia World-Expo, o Terminal 2 do Aeroporto Internacional de Hong Kong e a expansão do Centro de Convenções e Exposições de Hong Kong, a rede ferroviária que liga a zona urbana a novas vilas, o “Plano de desenvolvimento de Kai Tak”, o Cruise terminal, o “West Kowloon Cultural District”, que visa levar por diante a causa cultural e artística a longo prazo, a Central de tratamento de águas residuais, a maior do mundo, a Exploração de Lok Ma Chau Loop, a Secção de Hong Kong do caminho de ferro de alta velocidade Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong, bem como o projecto de infra-estruturas transfronteiriças, a secção de Hong Kong da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e a Ilha Artificial do Porto. Nos próximos 10 anos, o governo de Hong Kong investirá mais de 1 bilião de dólares de Hong Kong na construção da terceira pista do aeroporto, na Rodovia Central de Kowloon, nos planos de desenvolvimento de habitações públicas e em hospitais.

Hong Kong também serve de “Pessoa de superligação” que conecta o Interior do país ao mundo. Em 2017, os representantes do Governo de Hong Kong participaram em quase 100 conferências internacionais, na qualidade de membros da delegação chinesa e participaram em mais de 1800 conferências internacionais não baseadas no Estado. Certas organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, também têm escritórios de representação em Hong Kong. Graças à recomendação e apoio dado pelo Estado, os residentes de Hong Kong que se destaquem no campo profissional têm oportunidade de concorrer e ocupar cargos importantes em organizações internacionais. Por exemplo, Chen Fengfuzhen, ex-directora do Departamento de Saúde do Governo de Hong Kong, foi eleita directora geral da Organização Mundial da Saúde, em Novembro de 2006. Foi a primeira chinesa a chefiar uma organização internacional intergovernamental desde a fundação das Nações Unidas. Zeng Weixiong, ex-director das Forças de Polícia de Hong Kong, obteve recentemente a nomeação nacional para se candidatar

ao cargo de Director Geral do Escritório das Nações Unidas em Viena e de Director Executivo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes.

Desde a data do regresso de Hong Kong ao país, o seu sistema político democrático tem vindo a avançar sem parar, de acordo com a lei. Quando o primeiro Comité de Selecção do Chefe do Executivo do governo para a Eleição do Chefe do Executivo foi formado, tinha 400 pessoas e hoje é formado por 1200; quanto ao número de lugares eleitos directamente pelo Conselho Legislativo, o mesmo também está a aumentar. Desde o terceiro Conselho Legislativo em 2004, todos os assentos foram eleitos por meio de eleições directas distritais ou de grupos funcionais. Em 2007, o Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo, estabeleceu o cronograma do sufrágio universal do Chefe do Executivo e do Conselho Legislativo.

3. Progressos obtidos nos diversos sectores de actividades em Macau, desde o dia do seu retorno ao país

Celebramos este ano o 20º Aniversário do retorno de Macau à Pátria. Antes de 20 de Dezembro de 1999 reinava em Macau uma situação caracterizada pela recessão económica, desordem social e inqueitação geral da população. Depois do retorno de Macau ao país, tudo isso passou à história. Em Macau, hoje em dia, vê-se por todo o lado um novo panorama cheio de vitalidade. Este facto não apenas confirma a natureza científica da política “Um país, dois sistemas”, mas também fornece uma experiência valiosa para o desenvolvimento da nova era do país e o progresso da civilização humana.

A primeira coisa feita pela RAEM, logo após o seu estabelecimento, foi a reforma da descentralização dos direitos de operação do jogo. Foi um evento histórico, pondo termo ao monopólio dos jogos que durou mais de cem anos, introduzindo outras actividades não apenas ligadas aos jogos, tais como conferências, exposições e compras etc. sob a condição da concessão de terrenos. Este novo suporte constituiu um elemento favorável à melhoria do turismo e dos serviços de Macau. Além disso, desde 2003, as medidas tomadas para viagens individuais a Macau, postas em vigor pelo Interior do País, deixa visível a tendência do crescimento económico relativamente rápido de Macau. De 1999 a 2018, o aumento económico de Macau quase quadruplicou. A taxa média anual

da subida real do PIB foi de 7,6% e o PIB per capita cresceu quase três vezes. E Macau ficou classificado em 2º lugar no mundo, sendo assim inscrita pelas organizações internacionais no número das economias mais desenvolvidas.

O progresso económico, além de resolver completamente o problema do desemprego que afectou o período pós-transição de Macau, conseguiu reduzir a taxa geral de desemprego de 6,8% em 2000 para 1,8% em 2018, atingindo o teórico “emprego para todos”. As receitas efectivas das finanças públicas cresceram substancialmente. De 2000 a 2018, as receitas públicas da RAEM aumentaram 16 vezes. O superávit fiscal em 2018 foi 323 vezes superior ao de 2000. As despesas orçamentais aumentaram de 12,9 mil milhões de patacas (valor actual de 22,6 mil milhões de patacas) em 2000, para 109,6 mil milhões de patacas em 2018.

O aumento das receitas das finanças públicas permitiu ao Governo da RAEM ter mais recursos e capacidade para melhorar a subsistência das pessoas e formar gradualmente os cinco mecanismos de longo prazo para a educação, segurança social, assistência médica, habitação e prevenção de desastres.

Desde o início do regresso de Macau ao país, o Governo da RAEM tem vindo a aplicar activamente recursos no desenvolvimento da educação, através da Fundação Macau e do Fundo de Desenvolvimento para a Educação, para disponibilizar financiamento aos órgãos patrocinadores das escolas no sentido de reconstruir, expandir ou reparar os edifícios e as instalações escolares e adquirir os equipamentos de ensino recém-lançados no mercado. No ano fiscal de 2018, o Governo da RAEM gastou 11,6 mil milhões de patacas na educação, representando 14,5% de todos os gastos públicos. A partir do ano lectivo de 2007/2008, a educação gratuita expandiu-se até ao 12º ano da educação regular. No mesmo ano, começaram a funcionar turmas mais pequenas. Nas escolas que oferecem educação gratuita, o número dos alunos de cada turma não pode ser superior a 35. De acordo com o “Plano de Avaliação Internacional de Competências para Estudantes (PISA) de 2015”, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico, o comportamento dos alunos de Macau está em 6º lugar a nível mundial, no que respeita às ciências.

Em Macau também se registaram consideráveis progressos no desenvolvimento do ensino superior. A Universidade de Macau, de carácter

público, que iniciou em 2009 a construção de um Novo Campus na Ilha da Montanha, província de Guangdong, passou a ter uma área 20 vezes maior do que a do Campus na Taipa, cuja mudança foi realizada em 2013, melhorando assim, o ambiente do ensino e a pesquisa e elevando a sua influência e competitividade a nível regional e internacional. Após o retorno de Macau ao país, a Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau, a Universidade da Cidade de Macau e a Universidade de São José, que são instituições de ensino privadas, têm feito grandes esforços na construção do seu Campus no sentido de lançar uma base que lhes permita a elevação do nível do ensino e da investigação científica. Por exemplo, a Universidade de Ciências e Tecnologia de Macau, classificada entre as 50 melhores universidades no Interior, Taiwan da China e Hong Kong e Macau dos dois lados do Estreito de Taiwan, conta com um laboratório de pesquisa sobre a qualidade da medicina tradicional chinesa e um laboratório estatal de ciência lunar e planetária, etc. Nos últimos anos, como o Governo da RAEM tem vindo a prestar grande importância à formação de talentos. Não só a Fundação Macau, como ainda o departamento de educação, concedem bolsas de estudo aos estudantes para poderem prosseguir os estudos, mesmo quando encaram dificuldades económicas. A Comissão de Desenvolvimento de Talentos, por seu turno, procede a abrangentes análises e planos de formação de talentos necessários à sociedade de Macau para atender, a título de colaboração, às necessidades de desenvolvimento económico e social a nível de Macau e da região.

Além da educação, o Governo da RAEM também tem vindo a investir recursos consideráveis na edificação do bem-estar social. Por meio da redistribuição da riqueza, os residentes podem partilhar os frutos do desenvolvimento económico e sentir realmente os benefícios vindos da prosperidade, do desenvolvimento e do progresso. Em 2018, o Governo aplicou 18 mil milhões de patacas na segurança social, valor este que representa 22,4% de todos os gastos públicos. A partir de 2005, o Governo de Macau começou a dar um subsídio, chamado “Respeito pelos idosos”, aos residentes permanentes de idade avançada. E, desde 2008, deu-se o início à implementação do programa do “Plano de Comparticipação Pecuniária”, atribuindo um subsídio a cada residente permanente e não permanente de Macau. É uma medida muito significativa para as famílias de fracos rendimentos. Em 2008, o Governo da RAEM propôs a criação de um sistema de segurança social de duas camadas, no contexto da combinação do sistema de segurança social que cobre todos os residentes de

Macau com o sistema não obrigatório de fundos de previdência central, para o qual contribuem as três partes: os funcionários, os empregadores e o governo. Além do mais, o Governo da RAEM adoptou uma série de medidas e planos: o plano de subsídio médico, o plano piloto de dentes artificiais para idosos, o plano de viagem gratuita em autocarros para idosos, o plano de desconto nas viagens para estudantes, o plano de oferta de leite ou leite de soja grátis para estudantes e o plano de subsídios para o pagamento de água e electricidade, para a melhoria da qualidade da vida dos residentes.

“Ter moradia segura e confortável” é a premissa de boa vontade para as pessoas se estabelecerem profissionalmente. Com o intuito de aliviar a procura de casas pelos residentes, o Governo da RAEM lançou um projecto de habitação em 2007, com 19000 unidades de moradias públicas, às quais acrescentou 6300 em 2010. Ao cabo de anos de aturado trabalho, foi resolvido cabalmente o problema da falta de casas públicas das famílias de baixos rendimentos, estando a decorrer, de forma ordenada, o trabalho da definição dos procedimentos de alocação de moradias económicas, para que os residentes que satisfaçam os requisitos as possam comprar a preços acessíveis. Futuramente, a oferta de casas públicas ou particulares, em Macau, irá satisfazer as necessidades dos residentes durante um certo espaço de tempo. O problema habitacional da "camada sanduíche" também foi colocado na ordem do dia.

Nos últimos séculos, Macau tem sido uma ponte para o intercâmbio Leste-Oeste. A imagem cultural é única e distinta, podendo encontrar-se por todo o lado nesta pequena cidade uma grande variedade de heranças culturais materiais e imateriais. Os vinte prédios e as oito praças que se encontram no centro da antiga cidade de Macau constituem a zona urbana histórica, inscrita em 2005 pela UNESCO na lista do Património Mundial. Esta “Zona Urbana Histórica de Macau” é a mais antiga herança arquitectónica de estilo ocidental que se encontra hoje na China e é considerada uma mostra abrangente da arte arquitectónica oriental e ocidental e um testemunho do desenvolvimento da cultura religiosa ocidental no Extremo Oriente e da história da introdução no Ocidente da religião popular chinesa. O que é mais importante é que ela reflecte a coexistência das culturas chinesa e ocidental, a combinação ordenada das comunidades de vida chinesas e ocidentais. Tudo isso é inseparável dos hábitos de vida e das tradições culturais dos residentes de Macau, tanto no passado, quanto nos dias de hoje. O facto de a “Zona Urbana Históri-

ca de Macau” ter sido incluída na Lista do Património Cultural Mundial, significa que a comunidade internacional tem alto apreço pela contribuição de Macau para a promoção do diálogo entre as diversas civilizações. É de referir que os oito projectos em Macau foram incluídos na lista de projectos representativos do património cultural imaterial nacional. Na primeira “Lista do Património Cultural Imaterial de Macau” publicada em 2017 constam 15 projectos, incluindo a Fala e o Canto em Cantonês, o Festival do Dragão de Peixe Bêbado e a Procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos.

Numerosos projectos de infra-estruturas foram concluídos em Macau após o seu regresso à Pátria. Merecem aqui menção o Ginásio dos Jogos da Ásia Oriental de Macau e o Centro Desportivo Olímpico, para eventos desportivos de grande escala, bem como a Torre de Macau, a Ponte Sai Van, o Museu da Ciência de Macau, o Edifício da Fronteira das Portas do Cerco, o Terminal de Passageiros da Taipa, o Light railtransit System e a Ilha Artificial do Porto de Macau que faz parte da Ponte Artificial Hong Kong-Zhuhai-Macau, não mencionando também, vários outros projectos como resorts. Macau pertence também ao número das cidades que possuem mais hotéis de cinco estrelas a nível mundial. Em 2009, o Conselho de Estado autorizou o Governo da RAEM a fazer um aterro marítimo para obter 350 hectares de terra, com um total de cinco lotes, principalmente para resolver o problema da habitação e obter a moderada diversificação económica. Entre outros, são de salientar os seguintes projectos, alguns ainda em fase de planeamento e outros a ser construídos de maneira ordenada: Complexo hospitalar na Taipa, Comporta das marés do Porto Interior, Nova via Guangdong-Macau, Quarta ponte Macau-Taipa, Túnel Tai Tam Shan e Túnel Jiu'ao. Em Setembro de 2016, o Governo de Macau anunciou o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020)”, assinalando que, até 2030, irá ser construído um centro de turismo de classe mundial, focado no lazer e uma cidade direccionada para a habitação, negócios, viagens e recreio.

Após o retorno de Macau ao país, o seu sistema político democrático tem vindo a progredir de maneira estável, de acordo com a lei. No que diz respeito à eleição do Chefe do Executivo, o 1º Comité de Selecção do Governo, contou somente com 200 pessoas, tendo hoje 400. O número de lugares dos membros eleitos da Assembleia Legislativa aumentou também. Vê-se que, desde o 5ª Assembleia Legislativa em 2013, foram 14 os

deputados eleitos directamente, 12 os indirectamente e 7 os nomeados pelo Chefe do Executivo. Obtiveram-se também alguns progressos na construção jurídica de Macau, que, por seu lado, por exemplo, há tempos começou a pôr em ordem as leis, os decretos-leis e os regulamentos administrativos previamente vigentes. Estão neste momento a ultimarem-se os trabalhos de adaptação. O Instituto para Assuntos Municipais foi criado no corrente ano. Assim, podem designar-se os seus representantes para participar no Comité de Eleições do Chefe do Executivo, no cumprimento das disposições relevantes previstas no Anexo I da “Lei Básica” de Macau. Além disso, em 2009, a RAEM concluiu com êxito o trabalho legislativo local sobre a implementação do Artigo 23º da “Lei Básica” relativo à Salvaguarda da Segurança Nacional, tendo um papel exemplar de liderança e demonstração, em termos da defesa dos interesses fundamentais do país.

4. Proclamação e implementação do plano de construção da “Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”

Historicamente, Hong Kong pertencia ao distrito de Bao'an, província de Guangdong e Macau estava sob a jurisdição do distrito de Xiangshan. Pelo que, geograficamente, Guangdong, Hong Kong e Macau são próximas umas das outras, tendo uma estreita relação entre si e a mesma origem cultural, para além do intercâmbio e cooperação abrangentes e profundos de longa data nos campos da economia, da vida social e da cultura. Concluída a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o vínculo das cidades nas margens do Rio das Pérolas fica mais estreito. Neste contexto, veio a lume, oportuna e naturalmente, o conceito da “Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”.

Na presença do Presidente Xi Jinping, os representantes da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, do Governo Popular da Província de Guangdong, do Governo da RAEHK e do Governo da RAEM assinaram, em 2017, o “Acordo-Quadro para Aprofundar a Cooperação entre Guangdong-Hong Kong-Macau e Promover a Construção da Área da Grande Baía”. No ano seguinte, estabelecido o “Grupo de Liderança da Construção da Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, começou efectivamente a fase do planeamento. Em 18 de Fevereiro de 2019, foi anunciado oficialmente o “Esboço do Plano de Desenvolvi-

to da Área da Grande Baía Guangdong- Hong Kong-Macau”, que visa construir uma nova região económica de classe mundial, reforçar a inovação científica e tecnológica, expandir a cooperação internacional, elevar a qualidade de vida e criar uma zona de demonstração de cooperação entre o Interior e Hong Kong e Macau, numa expectativa de desenvolvimento. Quanto ao posicionamento de Macau na dita Área, esta é o Centro Mundial de Turismo e Lazer, a plataforma de serviços de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa e a base de intercâmbio e cooperação, caracterizada pela cultura chinesa como principal factor de coexistência entre as diversas culturas. A participação de Hong Kong e Macau na construção da Área da Grande Baía e na integração na situação geral do desenvolvimento nacional é a tendência dos tempos. Certamente promoverá um maior desenvolvimento de si mesmo. Pode afirmar-se que a construção da “Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” é o aprofundamento e a extensão da conotação “Um país, dois sistemas” na nova era.

II. Inspiração da implementação com sucesso da política “Um país, dois sistemas” em Hong Kong e Macau

Desde o retorno de Hong Kong e Macau ao país, a prática bem-sucedida do princípio “Um país, dois sistemas” reveste-se de um significado inspirador.

1. Intuito inicial de persistir na política “Um país, dois sistemas”

“Um país, dois sistemas” é em si mesmo um desígnio pioneiro. É uma questão importante de governança para o Governo Central. É um importante ponto de viragem histórica para Hong Kong e Macau. É inevitável que encontrará novas situações e novos problemas. No entanto, à medida que se pratica a política “Um país, dois sistemas”, uma coisa jamais mudará, isto é, o seu objectivo inicial: salvaguardar a soberania e a segurança nacional, bem como os interesses do desenvolvimento e da manutenção da prosperidade e da estabilidade a longo prazo na RAEHK e na RAEM.

“Um país, dois sistemas” é um conceito completo, sendo “Um país” a premissa e a base para a implementação dos “dois sistemas”. Os “dois

sistemas” são subordinados e derivados de “Um país”. Não há “dois sistemas sem “um país”. É inalterável que o corpo estatal implemente o sistema socialista. E que Hong Kong e Macau mantenham o seu próprio sistema capitalista por muito tempo, conforme as diretrizes e políticas do país. A chave para a execução bem-sucedida de “Um país, dois sistemas” está nos seguintes aspectos: respeitar mutuamente os sistemas vigentes no Interior e em Hong Kong e Macau, aprender reciprocamente com as experiências bem-sucedidas, manter resolutamente a autoridade da Constituição e da “Lei Básica”, salvaguardar com firmeza a fiscalização do Governo Central sobre as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau e persistir no princípio de “Hong Kong administrado por gentes de Hong Kong” e “Macau administrado por gentes de Macau”, com a condição de elas deverem ser patriotas na sua maioria, para que, a longo prazo, possam ver garantidos efectivamente tanto os interesses nacionais, como o conjunto dos interesses de Hong Kong e de Macau.

2. Firme apoio do Governo Central às Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau

Desde o retorno de Hong Kong e Macau à Pátria, o Governo Central nunca deixou de dar apoio substancial aos Chefes do Executivo e aos Governos de Hong Kong e de Macau relativamente à governança eficaz, conforme a lei, para manter a prosperidade e a estabilidade das duas regiões. Continua a abastecê-las de alimentos, produtos agrícolas e secundários, água potável e energia. Além do mais, apoiou-as quando enfrentaram as duas crises financeiras internacionais, bem como no combate à epidemia SARS e na ajuda a Macau para recuperar das consequências causadas pelo tufão Hato. É de frisar ainda que o Interior e as duas regiões assinaram respectivamente o “Closer Economic Partnership Arrangement (CEPA), que é, por seu turno, o acordo de comércio livre mais liberalizado, firmado até hoje, entre o Interior e as entidades económicas fora das suas fronteiras, com um apoio dado às duas regiões no sentido de as indústrias de manufactura e serviços abrirem o mercado no Interior.

O Governo Central também apoia activamente a integração de Hong Kong e Macau na situação geral do desenvolvimento nacional. Além do plano de desenvolvimento da “Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, o Governo Central autorizou Hong Kong a aderir ao Banco Asiático de Investimento em Infra-estrutura, com o

nome “Hong Kong, China”, dando uma ajuda à construção de “Uma faixa, uma rota”, ao estabelecimento da sede do Secretariado do Fórum de Cooperação Económica e Comercial dos Países de Língua Portuguesa em Macau, à construção da liquidação em RMB para os países de expressão portuguesa e à realização do trabalho concreto do “Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação China-Portugal”, para guiar Macau a se tornar numa plataforma para os serviços de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Em 1 de Setembro de 2018, o Interior começou a emitir o “Cartão de residência para habitantes de Hong Kong, Macau e Taiwan” que satisfaçam aos requisitos, com o qual podem gozar dos mesmos direitos que os cidadãos do Interior, no que respeita ao emprego, ao seguro e ao fundo de previdência para habitação. Podem ainda usá-lo para gozar dos serviços básicos públicos e para tratar formalidades no Interior. Com base nas disposições preferenciais feitas por cada província e na oferta do “tratamento nacional” para os residentes de Hong Kong e Macau em termos de empreendedorismo, emprego e escolaridade, o país não apenas fornece um amplo espaço no Interior para o desenvolvimento de Hong Kong e Macau, como ainda, lhes mantém a prosperidade e a estabilidade, conseguindo assim, que elas possuam uma vantagem peculiar na competição internacional.

3. Cultivar os sentimentos familiar e nacional dos compatriotas de Hong Kong e Macau

Hong Kong, Macau e a Pátria respiram sempre o mesmo e têm o mesmo destino. Desde há muito tempo que os compatriotas de Hong Kong e Macau se preocupam com o desenvolvimento nacional e participam activamente na modernização da pátria. No início da reforma e abertura ao exterior, Hong Kong e Macau tomaram parte na introdução de fundos, de talentos, de tecnologia e nas experiências de gestão moderna do estrangeiro. Hoje, o Interior continua a ser o principal destino do investimento directo dos empresários de Hong Kong e Macau. Os compatriotas de Hong Kong e Macau dedicam-se à causa do bem-estar público em termos de irradicação da pobreza, à educação, à protecção das mulheres e das crianças do Interior e dão ajuda generosa às vítimas de grandes calamidades naturais no Interior, apoiando-as no trabalho de socorro e na reconstrução de casas, para em conjunto superarem as dificuldades. O que demonstra plenamente a relação fraternal entre os compatriotas.

Através das diversas formas de intercâmbio, visitas, visitas de estudo, treino militar e outras actividades, os jovens de Hong Kong e Macau não só conhecem a Pátria cada vez melhor, como ainda gostam cada vez mais de frequentar as escolas de ensino superior, as quais se tornam no seu destino para o prosseguimento dos estudos. O número de estudantes de Hong Kong inscritos em universidades do Interior atingiu 10.433 em 2019 e Macau tem cerca de 5.000 alunos a estudar em universidades do Interior. É de acentuar que a Universidade de Zhongshan e a Universidade de Jinan, na província de Guangdong, e a Universidade de Huaqiao, na província de Fujian, formam um grande número de talentos profissionais para a sociedade de Macau ao longo dos tempos, dando uma enorme contribuição ao retorno de Macau ao país e à construção da RAEM. No segundo ano após o regresso da RAEM à Pátria, o seu governo apresentou um objectivo geral de educação patriótica, impulsionando em todos os aspectos o ensino da história e cultura chinesas, bem como, uma educação sobre as condições nacionais, no sentido de exaltar o amor dos jovens pela família e pela pátria.

Depois do regresso de Hong Kong e Macau à Pátria, as suas trocas comerciais e de pessoal com Taiwan tornaram-se cada vez mais intensas, tornando-se uma importante plataforma para melhorar o entendimento dos dois lados do Estreito e para promover a grande causa da unificação da Pátria. De 2014 a 2018, a taxa média de crescimento anual do comércio bilateral entre Hong Kong e Taiwan foi de 2,8%. Em 2018, Taiwan foi o terceiro maior parceiro comercial de Hong Kong, que, por teu turno, foi o quarto maior parceiro comercial de Taiwan. Ambas as partes têm uma posição muito importante nos respectivos mercados de exportação. Hong Kong também é um importante entreposto comercial indirecto entre os dois lados do Estreito. O comércio de reexportação entre Hong Kong e Taiwan aumentou 14,9% em 2018, com um valor total de 401,5 mil milhões dólares de Hong Kong, representando cerca de 22% do valor do comércio total entre ambas as partes. A região de Taiwan é o terceiro maior mercado turístico de Macau e o maior grupo de utentes do Aeroporto Internacional de Macau. Em 2019, Han Guoyu, presidente de Kaohsiung e James Soong, presidente do People First Party visitaram Hong Kong e Macau. Além de se avistarem com os Chefes do Executivo de Hong Kong e de Macau e de visitarem o escritório de ligação do Governo Central em Hong Kong e Macau, também usaram Hong Kong e Macau como ponte para visitar as cidades-membros da “Área da Grande

Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, tendo feito contribuições positivas para a promoção das relações económicas e comerciais dos dois lados do Estreito, para a aprendizagem mútua das experiências de gestão social e para a conquista do apoio popular de Taiwan. O sucesso que Hong Kong e Macau têm obtido na prática de “Um país, dois sistemas” lançou uma boa base para a formulação do projecto de Taiwan, baseado no princípio “Um país, dois sistemas”.

III. Conclusão

Desde que Hong Kong e Macau regressaram à Pátria até hoje, têm-se registado oportunidades e desafios trazidos pelo progresso económico e social. É visível que quaisquer dificuldades que lhes tenham acontecido, foram de alguma maneira, inevitáveis e temporárias. No processo da prática “Um país, dois sistemas”, os habitantes de Hong Kong e Macau ficaram cada vez mais cientes do facto de Hong Kong e Macau poderem permanecer firmes, perante os altos e baixos, e não terem sucumbido, mantendo-se à tona da sobrevivência e mesmo assim terem progredido, sem se assustarem, perante as mudanças dos tempos, tudo isto se devendo ao facto de os habitantes de Hong Kong e Macau saberem persistir no intuito inicial da política “Um país, dois sistemas”, que lhes tem dado, não só, confiança em avançar firmemente, como ainda, uma força infinita, o que permite que as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau continuem na causa dos antepassados e abram um futuro brilhante, para que seus residentes possam viver e trabalhar em paz e felicidade e assim a sociedade poder continuar a ser harmoniosa e estável.

Como a política “Um país, dois sistemas” tem obtido tão grande sucesso em Hong Kong e Macau, ela será também bem sucedida para Taiwan. Resolver a questão de Taiwan e concretizar a unificação completa da Pátria é não só a aspiração comum de todo o povo chinês, como também, o interesse fundamental da nação chinesa. Espera-se que a prática sucessiva de “Um país, dois sistemas” em Hong Kong e Macau possa servir como boa experiência a usar para promover a causa da paz e da justiça no mundo, possa criar um lindo futuro de grande revitalização da nação chinesa e possa dar os contributos devidos para a realização da comunidade de destino comum da humanidade.